

Introdução

Neusa Maria Dal Ri

Como citar: DAL RI, Neusa Maria. Introdução. *In:* DAL RI, Neusa Maria (org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina.** Marília: Oficina Universitária, 2010. p. vii-xiv. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-063-1.pvii-xiv>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

INTRODUÇÃO

Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina

Neusa Maria DAL RI¹

Como demonstram, nas últimas décadas, o aparecimento e a consolidação de inúmeros movimentos e organizações sociais e econômicas no mundo que lutam por uma *contra-hegemonia*, os séculos de predomínio e expansão do capitalismo não conseguiram diminuir a resistência e a contraposição dos trabalhadores às suas práticas.

A história do capitalismo, desde o seu aparecimento, é também a história das lutas de resistência e crítica aos seus valores e práticas. A história do desenvolvimento do capitalismo é também a história do movimento operário popular.

As organizações de trabalho associado nasceram a partir do movimento dos trabalhadores e estão presentes na sociedade capitalista desde o início do século XIX. No princípio apareceram em forma de cooperativas de trabalhadores. Mas, com o passar dos tempos, além das cooperativas, outras configurações do trabalho associado foram surgindo. Dessa forma, podemos afirmar que há uma tendência estrutural no capitalismo à formação de organizações de trabalho associado.

O aparecimento e a expansão desse tipo de organização ocorrem com características e importância variáveis segundo as épocas históricas e

¹ - Professora Livre-Docente da Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Filosofia e Ciências; *campus* de Marília, membro do Comitê PROCOAS da AUGM representando a Unesp e Coordenadora do 3º Seminário Acadêmico Internacional de PROCOAS.

de acordo com conjunturas sociais, econômicas e políticas específicas. Há períodos sócio-históricos do capitalismo em que o trabalho associado diminui, enquanto que em outros se torna mais forte e politicamente desafiador, o que ocorre especialmente quando se verificam crises econômicas e sérios conflitos sociais.

A fase do capitalismo neoliberal, que está declinando, corresponde a um período histórico propício à emergência das organizações de trabalho associado, em especial na América Latina. O capitalismo neoliberal na América Latina modificou a situação sócio-econômica da região. As suas ações e políticas exerceram forte efeito, maiormente, sobre as classes trabalhadoras que tiveram um agravamento de suas condições de vida e trabalho, as quais já eram muito difíceis mesmo antes da implantação do projeto neoliberal.

A forma neoliberal de acumulação do capital alterou a realidade social das nações. As políticas neoliberais desventraram cidades e regiões de suas formas de vida e trabalho; esvaziaram instituições e movimentos populares que ofereciam resistência ao capital; disseminaram e alimentaram racismos e conflitos nacionais; dividiram a classe operária; e precarizaram a força de trabalho e o mercado. Além disso, o capitalismo neoliberal esvaziou, teórica e praticamente, os elementos democráticos presentes na vida política pública. O Estado foi *enxugado* das políticas públicas sociais em nome de uma pretensa qualidade, e da racionalidade e eficácia econômico-administrativas. Retirados esses conteúdos, o Estado ficou *desnudo* e bem próximo da idéia, difundida por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX, de que ele não é muito mais do que um comitê para gerir os negócios da burguesia. As diversas e recentes ações efetuadas pelos Estados para conter a atual crise econômico-financeira demonstram bem essa tese.

Contudo, os principais ônus dessas políticas, mencionados pelos analistas, e que incidem mais diretamente sobre os trabalhadores latino-americanos são o desemprego e a precarização crescente dos mercados de trabalho, fenômenos denominados pelos neoliberais de *flexibilização do trabalho*.

Segundo a visão dos neoliberais, o refluxo dos movimentos e organizações populares e o conformismo das massas trabalhadoras para com a nova ordem mundial, verificados nos anos de 1980, seriam posturas que não mudariam. Contudo, o conformismo dos trabalhadores na América Latina para com a ordem estabelecida começou a dissipar-se ao explodir,

em 1989, na Venezuela, em meio à grave crise financeira, o *caracazo*, uma onda de protestos populares em Caracas que resultou em repressões e centenas de mortes.

A partir dos anos de 1990, surgiram movimentações das massas populares, com caráter de levantes, no Equador, na Bolívia, na Argentina e no México. No Equador a população obrigou os presidentes Bucarán, em 1997, e Gutierrez, em 2005, a deixarem o poder. Na Bolívia, em 2000, por meio da *guerra da água* a população se confrontou com a privatização dos serviços de água, o que gerou dezenas de mortos e centenas de feridos. Em 2003, ocorreram os movimentos contra as privatizações na área de energia e a *guerra do gás* iniciada em El Alto onde ocorreu o massacre da população no denominado *outubro negro* do mesmo ano. Em 2005, as massas populares derrubaram o presidente Lozada e o seu sucessor Mesa. Em 2001, na Argentina, que viveu grave crise econômica, social e financeira, com alto índice de desemprego que atingiu também a classe média, as movimentações populares culminaram com a renúncia do presidente De La Rúa.

Essa mesma tendência às manifestações populares de revolta e reivindicativas foi verificada nas populações de Oaxaca e Chiapas, no México, nos estudantes do Chile, nos trabalhadores da Colômbia e nos camponeses do Peru.

No Equador, Bolívia e Venezuela, depois dos fatos relatados, as populações elegeram presidentes que mantêm fortes vínculos populares e uma postura antineoliberal.

O governo da Venezuela, com o objetivo de acelerar as mudanças sociais no país, incentivou a formação de unidades de trabalho associado por meio da missão *Vuelvan Caras*. Essa missão ofereceu treinamento e financiamento para a criação de novas organizações, o que resultou num grande crescimento do número de cooperativas de trabalhadores na Venezuela. Ao mesmo tempo, em fábricas capitalistas abandonadas pelos patrões ou em processos de falência o trabalho associado foi se instalando e, nas empresas estatizadas, sob a forma do *control obrero*.

Na Bolívia houve um grande aumento das cooperativas de mineiros. As políticas neoliberais deixaram milhares de mineiros desempregados e sem perspectiva de encontrar trabalho. Foram criadas dezenas de pequenas

cooperativas de trabalhadores, que passaram a extrair minério em condições precárias e artesanais. Essas cooperativas participaram ativamente dos movimentos que levaram à queda de Lozada e Mesa, inclusive com duros enfrentamentos com as forças de segurança e policiais. Com a eleição de Evo Morales, as cooperativas passaram a apresentar e discutir pautas de reivindicações com o governo para o setor cooperativista.

Na Argentina formou-se o movimento das fábricas recuperadas e, no Brasil, o da economia solidária. No México e no Brasil os dois maiores e talvez mais importantes movimentos sociais da América Latina hoje, o Movimento Zapatista e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adotaram a forma de cooperativas de trabalho associado para organizarem a produção.

Desse modo, desde o início do período do capitalismo neoliberal na América Latina, foram constituindo-se e expandindo-se empreendimentos de trabalho associado em quantidade e ritmo que há muito não se observava. A força que estimulou esse processo de crescimento foi semelhante àquela que ocasionou os eventos políticos na Bolívia, na Venezuela, no Equador, na Argentina e nos outros países, ou seja, a precarização geral dos mercados de trabalho, o desemprego, o desmonte da maior parte dos serviços públicos e, acima de tudo, a ausência de perspectiva de solução para esses problemas. As populações percebem que os postos de trabalho escasseiam e que os existentes estão sendo precarizados de tal maneira que as condições de vida das pessoas tornam-se crescentemente precárias, instáveis e mesmo miseráveis. Dessa conjuntura decorre o esforço dos trabalhadores para a preservação ou criação de postos de trabalho controlados por eles mesmos.

Notamos, ainda, em muitas dessas novas organizações, a implementação de linha política mais ampla buscando uma articulação com os movimentos mais gerais da classe trabalhadora e com as comunidades mais próximas.

O capitalismo neoliberal, pelas condições sócio-econômicas e ideologias que produziu e disseminou, colocou-se, teórica e praticamente, contrário à reprodução e ao desenvolvimento da solidariedade entre as classes trabalhadoras e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de organizações com caráter autônomo e de classe. Foi adverso, também, com a ascendência do *pensamento único*, ao desenvolvimento independente e

criativo da ideologia dos trabalhadores, em especial aquela veiculadora de uma visão de transformação social. Como consequência, as organizações coletivas de massa aparentemente ficaram sem iniciativa e força política para a resistência, e as populações trabalhadoras pareceram conformadas com os valores capitalistas propagados por meio das instâncias sociais e de todas as formas possíveis.

Mas, isso não significou que, enquanto se manteve essa situação adversa e aparentemente monolítica, os trabalhadores não tenham oferecido resistência, travando lutas e tomado novas iniciativas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e o Movimento Zapatista, no México, são exemplos de que ações de grande vulto foram realizadas, e que organizações populares importantes e inovadoras foram engendradas antes mesmo que a situação criada pelo neoliberalismo começasse a ser questionada com força na América Latina.

Com menor visibilidade que os Movimentos, mas de maneira articulada, os trabalhadores também empreenderam inúmeras ações de resistência à ação avassalante do capitalismo neoliberal sobre suas vidas e condições de trabalho. Dentre essas ações encontram-se a já citada criação de milhares de unidades de trabalho associado. Essas organizações têm origem, formatação e contextualização ideológicas distintas e, muitas vezes, até conflitantes. Entretanto, têm em comum o ato de resistência às relações capitalistas de produção e o esforço para preservar ou gerar postos de trabalho com base em critérios não capitalistas de apropriação do excedente econômico. Apesar da maior parte dessa atividade ainda ser pouco conhecida entre as massas de trabalhadores, algumas delas, como o Movimento de Fábricas Recuperadas na Argentina e o Movimento da Economia Solidária no Brasil têm uma divulgação, inclusive em âmbito internacional.

A ideologia capitalista e parte da teoria social preconizam que a organização burocrática é a única forma racional e universal de gestão das organizações. Entretanto, os trabalhadores, não apenas na América latina, mas em várias partes do mundo, estão demonstrando que outras formas de organização do trabalho são possíveis. A perspectiva de desemprego permanente tem levado os trabalhadores à luta pela preservação de postos de trabalho e à criação de cooperativas e empresas de autogestão nas quais os trabalhadores são ao mesmo tempo os proprietários dos meios de produção.

Embora essas organizações tenham que produzir excedente econômico para ser aplicado em seu desenvolvimento, um aspecto inovador é que elas não visam à acumulação de capital, mas, sim, à produção e à reprodução da comunidade de trabalho. A dimensão mais importante dessa comunidade é a extinção do trabalho assalariado e a sua substituição pelo trabalho associado. Do ponto de vista endógeno, a prática do trabalho associado desdobra-se em várias instâncias, dentre as quais se destacam: a política eqüitativa de distribuição de rendimentos; a organização diferenciada do processo de trabalho; e a gestão coletiva e democrática ou autogestionária do empreendimento.

Os rendimentos tendem a ser distribuídos de modo muito mais igualitário do que nas empresas tradicionais, observando-se o desaparecimento da camada de funcionários caracterizada por altas remunerações e que tem como função o controle dos trabalhadores. A organização do trabalho nesses empreendimentos passa por modificações nas quais se nota a tendência ao desaparecimento das hierarquias tradicionais, da burocracia e da típica estruturação taylorista do trabalho.

Como categoria organizacional, ressaltamos a autogestão ou gestão coletiva democrática, que se manifesta por meio da realização de assembleias gerais dos associados, instauração de comissões de trabalho e na eleição dos dirigentes escolhidos entre os trabalhadores.

O trabalho associado, a economia solidária e a autogestão reportam-se a uma realidade em que os trabalhadores associam-se em unidades de produção independentes, para realizar o trabalho de forma autônoma, suprimindo, portanto, os aspectos mais acentuados da exploração e da subordinação capitalistas do trabalho.

Apesar da relevância econômica, política e social desse fenômeno são ainda escassos os estudos sobre o assunto, bem como não há registros completos das organizações de trabalho associado existentes. Uma avaliação judiciosa dessa problemática permanece, portanto, na dependência de que se viabilizem mais informações, estudos e pesquisas acerca da temática.

Destacamos, ainda, que no interior dos denominados trabalho associado e economia solidária, encontram-se empresas e cooperativas de autogestão urbanas e rurais, empresas recuperadas, fábricas sob o controle dos

trabalhadores em Argentina, Brasil, Venezuela, entre outras, que promoveram profundas modificações nas relações e organização do trabalho e na gestão dos empreendimentos. São organizações que avançaram de vários pontos de vista e, portanto, constituem-se em objetos de pesquisa importantes e diferenciados, pois por meio do seu estudo podemos verificar as possibilidades de desenvolvimento e de significância política, social, econômica e educacional, pelo menos em termos de tendência.

Dessa forma, esperamos que os textos aqui apresentados, frutos, em sua maioria, de pesquisas empíricas e ações realizadas pelos autores em diferentes cidades e países, possam contribuir tanto para a informação e reflexão dos leitores, como para um considerável avanço na área de estudo da problemática indicada.